

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA

HELDER GOMES

**AS CONTRADIÇÕES DO ESTADO NA TRANSIÇÃO CHINESA RECENTE:
UM OUTRO CAMINHO?**

Artigo submetido às Sessões Ordinárias

Área 4: Estados e Nações face à nova configuração
do capitalismo

Subárea 4.3: Os Estados nacionais na nova
configuração do capitalismo

BELO HORIZONTE, 28 A 31 DE MAIO DE 2013

**XVIII Encontro Nacional de Economia Política
Belo Horizonte, 28 a 31 de maio de 2013**

As contradições do Estado na transição chinesa recente: um outro caminho?

Helder Gomes¹

Resumo

Este artigo procura apresentar as primeiras pesquisas do autor sobre a atuação do Estado chinês na transição recente, a partir do debate ocidental sobre as significativas alterações promovidas pelas reformas econômicas realizadas após a morte de Mao Tsé-tung. Conclui-se pela necessidade de maior aprofundamento desses estudos, em busca de elementos teóricos que contribuam para uma melhor interpretação para aquela complexa experiência. Em especial, considera-se como ainda bastante inconsistentes as contribuições que julgam estar a China em plena consolidação interna do capitalismo como modo de produção, se integrando definitivamente às relações mercantis predominantes em nível internacional, num momento em que o mundo experimenta uma grave crise de reprodução ampliada do capital.

Abstract

This article presents the author's early research on the role of the Chinese state in the recent transition from the Western debate about the significant changes brought about by economic reforms undertaken after the death of Mao Zedong. It concludes the need for further deepening of these studies, in search of theoretical elements that contribute to a better interpretation for that complex experience. In particular, it is still as pretty inconsistent the contributions they judge to be in China full internal consolidation of capitalism as a mode of production, integrating definitely the prevailing market relations at the international level, at a time when the world experiences a severe crisis expanded reproduction of capital.

Introdução

Uma primeira aproximação aos estudos sobre a China leva à percepção de que os *olhos do ocidente* encontram muita dificuldade em observar e explicar o seu processo de desenvolvimento recente.

¹ Helder Gomes é professor do Departamento de Economia da UFES e doutorando em Política Social na mesma Universidade.

Em especial, fica quase incompreensível à visão imediata as relações de Estado, seu complexo sistema de organização das decisões, num modelo de representação em que se estabelece uma intensa interação entre as instâncias internas do Partido Comunista Chinês (PCC), desde a base até a sua Secretaria Geral, o Exército e a burocracia estatal, propriamente dita. Estorvo maior se apresenta quando consideradas as concepções divergentes sobre a natureza do modo de produção vigente na China na atualidade e, por conseguinte, acerca da forma que assume o Estado chinês neste contexto.

Existem pelo menos dois conjuntos de abordagens ocidentais que procuram interpretar o processo chinês desde a revolução de 1949 até os dias atuais. Perspectivas mais difundidas entre os quadros intelectuais e nos meios de comunicação de massa do ocidente apontam para um inexorável abandono das orientações revolucionárias, as quais teriam marcado mais intensamente apenas o período sob a liderança de Mao Tsé-tung (até 1976). Segundo essa visão majoritária, a revolução socialista foi substituída por uma intensa abertura econômica, na sequência das reformas iniciadas desde o governo de Deng Xiaoping e, apesar da forte intervenção do Estado na atualidade, a China experimenta uma típica economia de mercado, capitalista (ARRIGHI, 2008). Contudo, as alterações recentes ocorridas na economia chinesa também têm sido investigadas, em circuitos mais seletos, como parte de uma engenhosa estratégia, denominada pelos governantes daquele país como uma longa *transição socialista do tipo chinesa* (ANDERSON, 2010). É claro que entre essas duas correntes de interpretação se encaixam, de alguma forma, variantes de diversas origens. Chega-se, inclusive, a questionar se em algum momento houve mesmo um Estado socialista na China.

Para além das interpretações ocidentais, há o autorreconhecimento formal da China como um Estado nacional socialista, apesar de todas as reformas econômicas ocorridas a partir de 1978: na atualidade, a “República Popular da China é um país socialista, dirigida pela classe operária, com a ditadura democrática popular com base na aliança de operários e camponeses. O sistema socialista é o sistema fundamental da República Popular da China” (EMBAIXADA DA CHINA, 2012).

Diante desse quadro, têm-se sugerido, inclusive, uma nova abordagem sobre a China, que se afasta dos padrões tradicionais de classificação institucional das nações.

Em termos taxonômicos, a RPC do século 21 é um *novum* histórico-mundial: a combinação daquilo que, segundo qualquer critério convencional, é no momento uma economia predominantemente capitalista, com aquilo que, segundo qualquer critério convencional, ainda é incontestavelmente um Estado comunista - ambos, em seus respectivos gêneros, os mais dinâmicos jamais vistos (ANDERSON, 2010, p. 23).

Parece, portanto, que tal complexidade se revela numa forma singular de desenvolvimento. Avançar nos estudos e desvendar aspectos das particularidades chinesas exigiria considerar a combinação de pelo menos quatro elementos fundamentais: a) a herança de um extenso processo histórico que marca a cultura milenar chinesa, com o Tao (o caminho) e o confucionismo, bem como suas formas particulares de poder imperial, com base numa descontínua sequência de dinastias resultantes de conflitos internos e externos, até o início do século XX; b) o desenvolvimento inorgânico e incompleto (dependente) do capitalismo na China, sob constante ameaça de intervenção direta externa até 1949; c) seu processo particular de revolução socialista, inicialmente tensionado pelas ligações com a III Internacional Socialista, então liderada pela União Soviética e, depois, orientado pelo maoísmo, o qual buscou desenvolver uma autonomia relativa para seus planos de reconstrução da China, a partir de uma leitura particular dos sinais advindos do Leste Europeu em crise; e, d) o contexto especial em que ocorrem as reformas econômicas, desde a ascensão de Deng Xiaoping, marcado pelo fim da *guerra fria* (depois, pela dissolução da URSS) e pela consolidação de uma crise sistêmica no capitalismo mundial.

Diante dessas dificuldades de compreensão do processo chinês na atualidade é que este artigo busca apresentar os primeiros esforços do autor em conhecer os pormenores de suas complexas determinações. O objetivo central aqui se constitui em dar os primeiros passos no sentido de organizar elementos de análise, que permitam indicar caminhos de estudos, os quais possam contribuir para revelar um pouco mais os avanços e os desafios que se interpõem ao projeto do Estado chinês: sob o comando do PCC, manter no controle e em limites determinados as relações mercantis capitalistas em sua base territorial (fluxos privados de investimento, de comercialização e de especulação parasitária). A questão de fundo (que ainda não dá para responder completamente, com base no que foi acumulado até aqui pelo autor, mas que motiva esse ensaio inicial de pesquisa) é até que ponto será possível garantir um contínuo processo de transição socialista na China, sob constante ameaça de generalização da acumulação privada de capital internamente. Parte-se da hipótese de que a reforma econômica e a abertura colocadas em marcha a partir de 1978, com foco no macro-controle estatal, tem permitido à China, até aqui, projetar um processo de transição socialista de longo prazo, em meio às contradições e aos riscos vinculados à promoção estatal de relações capitalistas de forma planejada e restritiva.

O texto está organizado em três momentos ou dimensões de abordagem. Uma primeira aproximação aos elementos que marcaram a etapa que antecede a revolução de 1949, onde procura-se apresentar as especificidades da formação inorgânica e incompleta do Estado capitalista na China, a qual ocorre no processo de desestruturação da dinastia Qing e de avanço das forças nacionalistas, que

buscaram sem sucesso a unificação territorial. Um segundo momento, o da ruptura com o processo de constituição do capitalismo, quando as forças revolucionárias aproveitaram a combinação de fenômenos históricos internos e externos, resultante do final da Segunda Grande Guerra, para avançar num projeto soberano de construção de um Estado socialista e de um regime político fundado no federalismo de uma república popular. Uma última dimensão, a da construção de instrumentos centralizados de macro controle sobre o processo de reforma econômica e de abertura colocado em marcha a partir de 1978. A título de amarração, o texto apresenta ainda algumas considerações sobre caminhos a seguir nos estudos sobre a formação e a evolução do Estado chinês na atualidade.

Antecedentes de uma revolução particular

Os traços herdados do passado milenar ainda se expressam numa cultura oriental singularmente chinesa. A tradição das sociedades organizadas em khans, o Tao, o confucionismo, o respeito à posição política das lideranças guerreiras e dos líderes anciãos, a secular organização burocrática do Estado centralizado², as tradições militares e da guerra, o controle dos registros de residência (*hukou*) são, entre tantas outras, as marcas fundamentais³ que foram moldando a China em meio a um espetacular processo de transformações econômicas e sociais, desde a fundação da dinastia Qin (aproximadamente 1.100 anos a.C.). A inscrição desses símbolos culturais acumulados ao longo da história vão se evidenciar naqueles momentos mais marcantes da singularidade chinesa. E isso se expressa, inclusive, nos feitos dos anos 1960 de quem participou ativamente, quando jovem, dos movimentos e revoltas internas que procuraram desconstruir a tradição confuciana no início do século XX.

Mao tinha se tornado um imperador moderno, exercendo poder pessoal absoluto. No entanto, a tradição imperial da China sempre valorizara mais a doutrinação do que a coerção como instrumento de governo, por mais implacável que tenha sido seu exercício da violência quando a necessidade ou o capricho assim o ditaram: o objetivo da Revolução Cultural – transformar as mentes para transformar a realidade, como se as concepções intelectuais determinassem as relações sociais – era tributário de noções mais confucianas do que marxistas da transformação histórica (ANDERSON, 2010, p. 7).

Ao longo do tempo a China se converteu num celeiro de conquistas imperiais. Êxito cobiçado e motivador de diversas invasões estrangeiras, desde aquelas organizadas pelos povos das estepes

² Um dos orgulhos dos museus históricos da China tem sido o registro de concursos públicos para ingresso no serviço público, datados do início da era cristã (GELBER, 2012).

³ Cabe destacar também uma característica nem sempre lembrada, mas que se tornou um fator de agigantamento dos fenômenos sociais na China: o enorme volume da população residente.

(xiongnus, mongóis etc.), até as mais recentes, promovidas pela *Guerra do Ópio* (virada para os anos 1840) e, depois, pela invasão nipônica durante a Segunda Guerra Mundial. Assim, de potência imperial milenar, a China se converteu em um paraíso para os anseios coloniais⁴ no período da emergência imperialista, organizada pelas grandes potências do capital, até se tornar novamente uma nação independente no século XX.

Desse modo, a penetração do capitalismo na China foi marcada, no início, pela resistência imperial em ceder às tentativas de se completar internamente a partilha territorial entre as potências imperialistas e pela busca do *autofortalecimento* (GELBER, 2012, p. 240), mesmo que sob forte influência externa. Tal resistência resultava de uma conturbada relação entre as investidas estrangeiras e a pressão popular chinesa inconformada com aquela situação semi-colonial.

Com muita frequência, os estrangeiros eram foco do ódio público e os responsáveis pela opressão, humilhação e pelas dificuldades. (...) Se a xenofobia popular não fosse abafada, ocasionaria uma intervenção estrangeira maior. Contudo, tomar o partido dos estrangeiros faria com que as autoridades se tornassem profundamente impopulares (GELBER, 2012, p. 243-44).

Entender a formação inorgânica e incompleta do Estado capitalista na China exige, portanto, a difícil compreensão desses diversos elementos: a) a resistência da cultura milenar frente às pressões internas (revoltas populares) e externas (especialmente por meio da cristandade missionária e pela penetração de relações mercantis mais avançadas) por sua desconstrução; b) as consequências econômicas, sociais e políticas do enfrentamento das forças populares e dos comerciantes nacionalistas a um conturbado e singular processo de ocupação imperialista, marcado, em especial, pelo intento hostil de partilha de seu território pelas grandes potências capitalistas; c) a precária reação imperial nos últimos arroubos da dinastia Qing, que, enfim, se consumiria em 1911; e, d) o avanço e o retrocesso dessas lutas em relação aos *senhores da guerra* (proprietários latifundiários).

Por todas essas condições deve-se ter cuidado ao procurar explicar a formação de um Estado capitalista na China⁵. De maneira especial, deve-se ter em conta a forma singular da dependência

⁴ Na segunda metade do século XIX todas as potências imperialistas (Inglaterra, EUA, Alemanha, França, Rússia e Japão, entre outros países europeus) estavam de alguma forma presentes nos territórios de conquista da China imperial, com controle absoluto sobre algumas regiões estratégicas (inclusive com povoamento estrangeiro, com empresas privadas e serviços públicos operados pelos *colonizadores*), ou mantendo algum tipo de monopólio regional, após severas disputas e acordos com a administração Qing (GELBER, 2012, p. 199-268).

⁵ De um modo geral, pode-se esperar que as iniciativas que visavam naquele momento constituir um Estado capitalista na China, de fora para dentro, tendo relativo apoio em interesses internos particulares, se enquadrem nos parâmetros definidos por Mathias e Salama (1983), a partir dos quais esses autores concebem a constituição do Estado capitalista nos chamados países *subdesenvolvidos*, não como um processo orgânico, mas como uma derivação do capitalismo organizado em nível mundial. Contudo, pode-se questionar se, no caso chinês, esse processo chegou a se completar, especialmente se comparado às experiências melhores sucedidas, como aquelas manifestas na América Latina, por exemplo.

chinesa em relação às grandes potências imperialistas, consideradas as dificuldades do antigo Império do Meio em se constituir como importante estuário para a exportação de capitais (investimentos industriais em larga escala) da Europa, dos EUA e do Japão. Aos obstáculos iniciais à partilha territorial entre as grandes potências em disputa, que resultaram na desagregação do antigo império, seguiram-se as dificuldades de unificação nacional após as empreitadas bélicas de Chiang Kai-shek, nos esforços de expulsão parcial de estrangeiros e na perseguição aos comunistas, os quais não se rendiam facilmente, apesar das vacilações de Moscou (TROTSKY, 1970).

A República se dissolveu primeiro num tabuleiro de feudos rivais controlados por senhores guerreiros; depois, no regime híbrido baseado em Nanjing, o GMD [Komingtang] dominando o centro do país a partir do delta do Yang-tsé e variados caudilhos militares regionais, o resto: Chiang Kai-shek nunca chegou a controlar mais da metade das 18 províncias chinesas tradicionais, não raro menos ainda (ANDERSON, 2010, p. 4).

Tamanha instabilidade tornava muito gradativa a construção das condições necessárias a um processo de urbanização industrial nos moldes capitalistas, mesmo que de forma inorgânica, o que mantinha forte a acumulação controlada pelo capital mercantil, com base no predomínio da produção extrativista para exportação e na relativa dependência da importação de produtos industrializados estrangeiros.

Concomitante à combinação dos conflitos internacionais que resultaram na Segunda Guerra Mundial ocorria na China a elevação das tensões entre o Komingtang (o partido oficial no governo) e os comunistas que ganhavam apoio das massas camponesas. De um lado, Chiang Kai-shek, no comando do maior movimento nacionalista de reconstrução da China, a partir do comando do Komingtang, que ora atacava militarmente os latifundiários herdeiros do antigo julgo imperial, mas, também, em outros momentos, ou em outras regiões, buscava a conciliação entre estes e a burguesia mercantil, no intuito na unificação política e territorial. De outro lado, Mao Tse-tung, astuto militante comunista, o qual muitas vezes deixava de lado os ditames de Moscou, que orientavam uma aliança total com o Komingtang, e, taticamente, se isolava, caminhando entre as massas camponesas em busca de apoio, se fortalecendo para, enfim, comandar um exército capaz de tornar o PCC independente dos interesses de Chiang Kai-shek.

Uma vez mais as forças externas tiveram papel importante no desfecho do embate entre o tão poderoso governo Komingtang e as forças camponesas organizadas por Mao. Primeiro, porque o principal aliado externo do governo de Chiang lia de forma enviesada os acontecimentos entre as mobilizações camponesas.

Washington via os comunistas chineses apenas como camponeses armados que não mereciam ser tratados com seriedade. Conflitos intermitentes entre canhoeriras, comunistas e americanos que protegiam missionários prosseguiram, porém Washington acreditava que os comunistas desapareceriam assim que o governo chinês fizesse uma reforma agrária, eliminando os problemas da zona rural que causavam a adesão de camponeses a Mao (GELBER, 2012, p. 298).

Contudo, parece ter sido a intervenção militar do Japão, anos antes de estourar a Segunda Grande Guerra, a principal força definidora dos rumos que iriam levar os conflitos entre as forças de Mao e de Chiang durante as tensões bélicas internacionais: “Apesar de todo o heroísmo da Longa Marcha, o GMD [Komingtang] teria certamente aniquilado o PCC no final da década de 1930, caso o Japão não tivesse lançado um ataque maciço contra o regime de Nanjing em 1937” (ANDERSON, 2010, p. 4). A partir do final da Guerra, a China ficou isolada para resolver seus problemas internos, num momento em que a atenção dos *aliados* estava voltada para consolidar a vitória sobre o *eixo* na Europa, bem como em resolver a convivência pouco amistosa entre a URSS e as demais nações vitoriosas dali em diante. Naquele momento, a leitura estadunidense sobre o poder das forças maoistas se revelariam ainda mais precárias.

O governo de Chiang saíra da Guerra muito longe dos arroubos táticos dos EUA (contra os interesses soviéticos) que colocavam a China entre as quatro potências aliadas nos fóruns de decisão durante os conflitos bélicos. Economia esfacelada, problemas inflacionários, o sonho da industrialização⁶ postergado, necessidade de elevar a tributação sobre as famílias camponesas, a consequente popularidade em baixa, eram, entre tantos outros, graves desafios a colocar em cheque a Administração do Komingtang naquele momento. Afastado dos resultados negativos impostos ao governo, a quem cabia controlar política, administrativa e militarmente a participação da China nos conflitos internacionais, Mao acumulava uma popularidade cada vez maior no período posterior à Guerra. As batalhas contra o Japão e, especialmente, contra as elites fundiárias internas resultaram em ocupações territoriais pelo exército de camponeses, o qual promovia a redistribuição das terras conquistadas e reorganizava minimamente a vida no campo, colocando em prática, de forma paralela (ANDERSON, 2010, p. 3), iniciativas de reforma agrária negada pelo governo de Chiang. Além disso, ao exército de camponeses, foram acrescidas levadas e levadas de desertores nacionalistas (GELBER, 2012 p. 356-7), antes comandadas pelo Komingtang, o que resultaria numa vitória esmagadora das forças populares revolucionárias em 1949. Comparada à revolução de 1917, a República Popular da China, “encarnando ideais patrióticos e disciplina social, veio ao mundo

⁶ Industrialização entendida como a integração da produção industrial de meios de subsistência e de produtos duráveis para o consumo com a produção industrial de insumos, máquinas e equipamentos.

desfrutando de um grau de consentimento popular que a União Soviética jamais conheceu” (ANDERSON, 2010, p. 5).

A construção da soberania popular após 1949

Após a sequência de intervenções diretas estrangeiras na região, desde a crise da dinastia Qing no século XIX, a revolução de 1949 significava a primeira perspectiva concreta de reunificação nacional. A República Popular da China se estabelecia num amplo território nacional e o PCC tratou de construir sua soberania, aproveitando-se da fuga dos estrangeiros para possessões vizinhas, a partir da coletivização da propriedade da terra e da produção e, também, da centralização do controle sobre a produção, distribuição e, também, sobre a migração e as relações internacionais.

Assim, o reconhecimento popular sobre a nova situação chinesa derivava da perspectiva de resultados dos projetos alternativos colocados em marcha e de avanços sociais concretos. A soberania popular na condução da nascente transição socialista se revelava na formação das comunas populares, na requalificação do antigo controle de residência⁷ (o *hukou*), os quais, combinados à coletivização da propriedade, mantinham as famílias camponesas no árduo trabalho da cultura de alimentos e demais produtos essenciais, cuja produção era entregue ao Estado a partir de um sistema de cotas comunais. Essa combinação de esforços campesinos era essencial à execução dos projetos de desenvolvimento das forças produtivas, capazes de garantir as condições mínimas de um padrão de consumo equitativo, considerando a exigência de satisfazer as necessidades essenciais de uma população que cresceu de pouco mais de 500 milhões, em 1950, para mais de 800 milhões de habitantes no final dos anos 1960.

Entretanto, colocar em prática um projeto de transição socialista em meio às contradições herdadas naquelas circunstâncias não era uma tarefa tranquila, e foi entre acertos e erros que o processo chinês avançou até a maturidade do PCC.

Mas, em 1958, decidido a acelerar o ritmo das mudanças, o partido lançou o Grande Salto Adiante, criando comunas populares que deveriam implementar indústrias de fundo de quintal e, ao mesmo tempo, produzir cotas muito mais elevadas de grãos. Com o desvio da mão-de-obra para fornos siderúrgicos caseiros e o baixo rendimento das colheitas provocado pelo mau tempo, o resultado foi a pior fome do século, que causou a morte de pelo menos 15 e talvez 30 milhões de pessoas. Oito anos depois, a Revolução Cultural viria ceifar as fileiras do próprio partido, dizimando seus quadros numa série de

⁷ O controle de residência (*hukou*) na China é também fruto de sua cultura milenar, convertido num importante sistema de registro de localização residencial das famílias e de seus membros. No passado, foi muito utilizado como instrumento mais rígido de controle dos fluxos migratórios (inclusive pelas autoridades regionais e locais) e de promoção das políticas distributivas e de emprego planejadas pelo Estado socialista. Recentemente este sistema tem sido flexibilizado (FELIPE, 2011).

expurgos que, como na Rússia, então ultrapassaram seus limites (ANDERSON, 2010, p.6)

Por mais que os *olhos ocidentais* procurem sempre *denunciar* esses resultados como frutos de escolhas equivocadas da *ditadura maoista*, a qual seria exemplo de uma rígida autocracia absoluta, não há como negar que foi a transição socialista liderada por Mao que, ao contrário de seus predecessores no poder, logrou construir a unificação nacional e a soberania do povo chinês sobre seu destino.

Para a República Popular da China, a Guerra da Coreia revelou que a nova China não era insignificante. A aliança com a URSS e o sucesso parcial e dispendioso dessa guerra tinha demonstrado que uma nova era da longa história da China começara. Após cem anos de turbulências, a China conquistou um governo novo, severo e implacável que, mais uma vez centralizado, decidiu restabelecer um Estado unificado forte depois de um século de “vergonha e humilhação” (GELBER, 2012, p. 368).

Contudo, ao contrário do que sugere Gelber (2012) quanto à autocracia maoista, uma das explicações para isso pode estar no modelo construído pelo PCC, pretendendo ser relativamente flexível na aplicação das políticas públicas e descentralizador de muitas das decisões sobre a organização subnacional.

Bem cedo, Mao compreendeu a impossibilidade de impor as ubíquas diretrizes do Gosplan [da então URSS] a uma economia muito menos articulada como a chinesa, com tradições regionais muito mais arraigadas e infraestrutura mais pobre. Desde o início, as autoridades provinciais e distritais haviam desfrutado de maior autonomia do que no sistema soviético, em qualquer momento de sua história. Deliberadamente, a Revolução Cultural enfraquecera ainda mais os poderes do centro, deixando aos governos locais uma margem maior de iniciativa. Assim, as metas de produção industrial eram um tanto modestas e a pressão para seu cumprimento não era irresistível. O resultado foi um sistema muito mais descentralizado, no qual o número de produtos básicos com preços tabelados por Beijing nunca ultrapassou 600, no máximo, um centésimo da pletora soviética. Menos rígido, esse marco institucional permitia maior flexibilidade e mudanças menos desestabilizadoras (ANDERSON, 2010, p. 11).

Por isso, uma das heranças deixadas pelo PCC liderado por Mao foi um sistema de decisões que envolve vários níveis de debates e de deliberação. Essas distintas instâncias decisórias são organizadas de acordo com a distribuição de poder federativo, a qual se estrutura desde as vilas e comarcas até as províncias, segundo critérios definidos constitucionalmente.

Segundo a Constituição chinesa, administrativamente, o país se divide nos seguintes níveis:

1º: província, região autônoma e município central;

2º: zhou autônomo, distrito, distrito autônomo e município de nível sub-regional;

3º: comarca, comarca étnica e vila.

Região, zhou e distrito autônomos são administradas pelas minorias étnicas. Se for necessário, o governo central estabelece região administrativa especial. Atualmente, entre as divisões administrativas chinesas, 34 são do primeiro escalão, abrangendo 23 províncias, 5 regiões autônomas, 4 municípios centrais e duas regiões administrativas especiais (EMBAIXADA DA CHINA, 2012).

O sistema político básico da China foi sendo moldado desde a Sessão Plenária da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, realizada em setembro de 1949. O programa que resultou dessa sessão plenária serviu de carta magna provisória até a promulgação da Constituição da República Popular da China em 1954, a qual foi reformada em três momentos: 1975, 1978 e 1982 (EMBAIXADA DA CHINA, 2012).

a Constituição atual, foi aprovada e promulgada no dia 4 de dezembro de 1982, pela 5ª conferência da 5ª Assembleia Popular Nacional da China. A Constituição continuou e desenvolveu os princípios básicos da versão anterior aprovada em 1954, resumindo as experiências do desenvolvimento socialista da China e absorvendo as experiências estrangeiras. Isso é a lei básica com as características chinesas que se adapta às exigências da construção moderna do socialismo da China. A Constituição determina definitivamente o sistema político e econômico, os direitos e deveres de cidadãos, as funções de órgãos nacionais, as principais tarefas futuras da República Popular da China. Suas características fundamentais são as seguintes: estipula o sistema e as tarefas básicas da China, determina os quatro princípios fundamentais e o princípio da reforma e abertura (EMBAIXADA DA CHINA, 2012).

Precedeu a essa última reforma constitucional a realização (em setembro de 1982) do 12º Congresso do PCC. Essa combinação de eventos institucionais que culminaram nas alterações da Constituição chinesa em tão curto tempo (7 anos) merecem pelo menos duas observações: a) o quanto foram intensos os embates políticos entre as forças *liberalizantes, moderadas e conservadoras*, que resultaram na reforma e na abertura; e, b) a complexidade do sistema de decisões na China, envolvendo as várias instâncias de deliberação internas ao PCC e, também, os vários níveis federativos das assembleias populares, que constituem a hierarquia de resoluções no âmbito do Estado.

A primeira observação deve ser contextualizada no ímpeto do reordenamento econômico exigido pelas reformas econômicas e pela abertura ao exterior⁸. O quadro de descentralização produtiva, iniciou com a substituição das comunas camponesas pelo sistema de responsabilidade por contrato com base familiar (cotas de produção, cotas de trabalho, por família e não mais por comuna), mas logo adiante passou a abranger a abertura ao exterior e apontava caminhos para a privatização futura de boa parte da produção industrial no campo e na cidade. Tal processo resultava de um

⁸ Com a morte de Mao, em 1976, iniciou-se um intenso embate político rumo às reformas e à abertura na economia, sob o comando do grupo liderado por Deng Xiaoping.

penoso embate entre as correntes políticas nas diversas instâncias hierarquizadas no PCC e no Estado, exigindo das principais lideranças certa dosagem em quebrar as antigas formas de organização da produção, mantendo sobre o controle partidário o caminho que a *modernização* deveria seguir, mesmo com todas as pressões internas e externas por uma alteração mais radical rumo à economia de mercado.

Em março de 1979, fazendo frente aos ventos liberalizantes, o Partido definiu os “Quatro Princípios Fundamentais” que deveriam nortear as quatro modernizações: 1) O caminho socialista; 2) A ditadura democrática popular; 3) A direção do Partido Comunista; 4) O marxismo-leninismo e o pensamento de Mao Zedong (CARRION, 2004, p. 48).

A combinação desses passos, que incluía a autocrítica à Revolução Cultural e apontava para uma reorganização produtiva interna, com resultados auspiciosos em termos econômicos, interagiu com um bom momento para a China no cenário internacional, o que facilitava a consolidação da unificação e da soberania nacionais, elementos fundamentais colocados em marcha desde os tempos de Mao.

Uma amizade cautelosa, de preferência a um antagonismo calculado, criou as condições para que o centro nervoso do capital mundial e sua plethora de sucursais regionais já estivessem preparados para estender ajuda financeira à China, aos primeiros sinais de abertura para a economia de mercado. A ausência de descontentamento profundo no campo somou-se à inexistência de qualquer ameaça imperialista direta do exterior, pela primeira vez na história moderna do país (ANDERSON, 2010, p.12).

Por seu turno, a observação concernente ao sistema de decisões se refere a um *mix* de representação e de participação direta. O órgão supremo do poder formal na China é a Assembleia Popular Nacional (APN), que conta com representações das províncias, das regiões autônomas, dos municípios e do exército. O sistema de assembleias populares é composto ainda por diversos níveis, cujas eleições podem ser realizadas por consulta direta ou indireta, dependendo do grau hierárquico das representações.

Todos os cidadãos superiores a 18 anos têm o direito de eleger e ser eleito representante da Assembleia Popular Nacional. Na China, entre as assembleias populares de diversos níveis, os representantes da assembleia popular do nível de aldeia e distrito são eleitos diretamente. Os representantes com os níveis mais altos são eleitos indiretamente. A Assembleia Popular Nacional é composta por representantes eleitos em todas as províncias, regiões autônomas, municípios e no exército. As assembleias populares de todos os níveis têm o mandato de 5 anos e realizam anualmente uma sessão plenária (EMBAIXADA DA CHINA, 2012).

Cabem a essas representações, além das funções parlamentares em geral, avaliar e deliberar, nas sessões plenárias, sobre os relatórios de trabalho dos governos em cada nível federativo, aprovando resoluções concernentes aos mesmos. No caso da APN, além da aprovação dos planos quinquenais⁹ de nível nacional, cabe a seus membros a escolha das lideranças que ocupam os principais cargos da hierarquia de poder chinês (presidente do país, presidente do Comitê Permanente da APN, primeiro-ministro, ministros, presidente do Supremo Tribunal Popular) e, também, a destituição desses e de outros líderes (EMBAIXADA DA CHINA, 2012).

Entranhado nas instâncias de decisão do Estado¹⁰, o PCC exerce seu controle político, administrativo, militar e ideológico a partir da inserção pública de seus quadros dirigentes no sistema de assembleias populares, na direção da burocracia estatal nos vários níveis federativos, nas empresas estatais e nos postos de comando do Exército desde o início das transformações socialistas até a atualidade.

Os líderes militares eram invariavelmente membros do partido e com frequência trabalhavam como administradores provinciais (GELBER, 2012, p. 368-9).

A Comissão Militar do Comitê Central do Partido Comunista da China é o mais alto órgão militar, dirigido pelo Partido Comunista da China, composto por presidente, vice-presidente e membros. A principal função da Comissão Militar é dirigir diretamente as forças armadas do país.

(...)

O presidente da comissão é eleito na Assembleia Popular Nacional da China, com o mandato de 5 anos.

As forças armadas chinesas são compostas pelo Exército Popular da China, a polícia armada popular da China e milicianos. O Exército Popular da China é o exército permanente do país; as tropas policiais armadas assumem a tarefa de guardar a segurança nacional e salvaguardar a ordem social; os milicianos são populares armados que não se afastam da produção (EMBAIXADA DA CHINA, 2012).

Entretanto, formalmente, a China não é um país de partido único. Sob a direção do PCC, existe um sistema de cooperação multipartidária e de consulta política, com uma Comissão Nacional (com mandato de 5 anos) encarregada de realizar a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês.

⁹ Os planos quinquenais constituem as principais marcas do planejamento socialista que vigora na China, a partir do qual são orientadas todas as políticas voltadas para o desenvolvimento nacional, com objetivos e metas explicitamente definidos, cujo conteúdo se converte no mais importante parâmetro de avaliação do governo, seja internamente à burocracia do Estado, nas plenárias parlamentares e/ou nas instâncias do PCC.

¹⁰ Da reforma constitucional de 1982 resultou a recuperação do cargo de presidente do país como chefe de Estado. As funções executivas do poder central cabem ao Conselho de Estado, composto por um primeiro-ministro e um vice primeiro-ministro, pelo ministério, por conselheiros, chefia de contas, secretaria geral de todas as comissões do Conselho e pela Chancelaria – responsável pela execução da política externa. O poder de julgamento é de competência do Tribunal Popular, composto por um órgão supremo e por várias instâncias de tribunais por nível federativo. Existe ainda uma Procuradoria Popular com funções de supervisão legislativa, que se divide em quatro escalões: básico, médio, alto e supremo (EMBAIXADA DA CHINA, 2012).

Compõem essa comissão representantes do PCC e de oito outros partidos¹¹ organizados desde o período anterior à Revolução de 1949, além de personalidades não partidárias, representações de entidades populares e das minorias nacionais, dos círculos sociais, das Regiões Administrativas Especiais (Hong Kong e Macau), de Taiwan e de populares que regressam do exterior. Essa Conferência Consultiva precede as principais decisões do PCC, em especial aquelas mais importantes, deliberadas nos congressos quinquenais, mas, também são espaços de escolha de lideranças não partidárias do PCC que podem ocupar as vagas definidas para cargos específicos no Estado: Conselho de Estado, instâncias de procuradoria e julgamento etc. Existem também as comissões locais de diversos níveis federativos com atribuições proporcionais de conferência consultiva (EMBAIXADA DA CHINA, 2012).

Esse complexo sistema de decisões traz formalmente um conteúdo de participação e de representação, o qual permite a possibilidade de escolhas desde as vilas e comarcas até os níveis mais centralizados do Estado, mas cujas orientações e controle resultam no poder exercido pelo PCC na condução da política desde as bases partidárias até sua Cúpula, construindo e reavaliando seu projeto de soberania popular.

O macro controle sobre a reforma e a abertura

O que mais chamou a atenção do ocidente sobre as reformas ocorridas na China foi o controle exercido pelo Estado, e pela cúpula do PCC, sobre o processo de alterações econômicas colocado em marcha após a morte de Mao, em 1976. Desde o início da reforma, cujos primeiros passos tiveram como objeto o estímulo à produção camponesa, a cúpula do PCC sempre procurou deixar nítida a direção que a mesma deveria tomar, sem descambar na liberalização rumo à economia de mercado de forma generalizada.

Frente à preocupação de alguns quadros do partido se isso não levaria ao abandono do socialismo, o Comitê Central emitiu, em setembro de 1980, a diretiva de que “o sistema de fixação de cotas de produção tendo por base a família, praticado sob a direção da equipe de produção está subordinado à economia socialista e não se afastará da via socialista (...)” (CARRION, 2004, p. 51).

Esse direcionamento era reafirmado a todo o momento de tomada de decisão em notas oficiais do PCC e nos pronunciamentos públicos de seus principais líderes. Entretanto, os intensos debates

¹¹ Além do PCC, existem formalmente os seguintes partidos: Comitê Revolucionário do Partido Komingtang da China, Liga Democrática da China, Associação da Construção Democrática da China, Associação de Fomento da Democracia da China, Partido Democrático Camponês e Operário da China, Partido Zhi Gong, Sociedade de Três de Setembro e Liga para Democracia e Autonomia de Taiwan (EMBAIXADA DA CHINA, 2012).

internos ao PCC também externalizavam as discordâncias à esquerda, quanto à ameaça liberalizante, tendo sempre uma posição das lideranças do governo (preocupadas que estavam em avançar com as reformas na economia), no ataque ao que consideravam erros de avaliação *esquerdista* (MARTI, 2007, p. 272). Assim, a dosagem controlada de forma centralizada nos encaminhamentos da reforma e da abertura foram a marca fundamental desse período.

De início esse controle pode ser observado nas mudanças planejadas para a reorganização da produção camponesa. O processo de reformas alterou as relações fundiárias, a forma de propriedade, bem como a organização produtiva em si, tendo como objetivo reduzir as discrepâncias que resultavam numa histórica transferência de valor da produção camponesa para os setores urbanos.

Primeiro, os preços de estocagem de grãos foram aumentados. A seguir, em um processo que se estendeu por todo o país após o êxito dos experimentos realizados em Anhui e Sichuan, as comunas do povo foram desativadas de modo ordenado e o usufruto das terras criteriosamente dividido entre as famílias individuais que as formavam, as quais poderiam dispor de suas propriedades para produzir o que quisessem, contanto que as cotas requeridas pelo Estado fossem cumpridas. O "sistema de responsabilidade por unidade familiar" significou uma segunda reforma agrária, tão igualitária quanto a primeira, mas muito mais favorável à produção dos camponeses. Reagindo aos novos incentivos, a produtividade aumentou rapidamente: os insumos de mão-de-obra diminuíram e as safras aumentaram; a produção agrícola aumentou em um terço. Com a redução das horas de trabalho dedicadas à lavoura, a indústria rural – têxteis, tijolos e similares – prosperou rapidamente. O resultado foi um aumento de 30% para 44% da renda dos camponeses na renda nacional em um intervalo de poucos anos, 1978-1984 (ANDERSON, 2010, p. 16)

Em paralelo às alterações na produção camponesa tradicional, foram introduzidas de forma planejada inovações na produção industrial no campo, com a criação das TVEs (*Town and Village Enterprises*). Substitutas de boa parte das atividades industriais e artesanais cooperativadas, as TVEs foram organizadas para motivar o avanço das forças produtivas entre as famílias camponesas, por meio da produção industrial voltada para a exportação.

pela primeira vez, a RPC tirou máximo proveito de sua principal dotação [braços camponeses para o trabalho, disponíveis em abundância], em função da qual seu modelo anterior de industrialização em moldes soviéticos – concentrado em investimentos com elevado coeficiente de capital em indústria pesada – revelara-se um desajuste, embora necessário à época. Alterando esse padrão mediante investimentos intensivos de mão-de-obra em indústria leve, as TVEs ganharam uma enorme vantagem comparativa: no final da década de 1980, a relação mão-de-obra/capital fixo das TVEs era nove vezes maior que a das empresas estatais. Contudo, estas últimas também foram beneficiárias do crescimento das TVEs, cujos lucros engordaram a poupança dos agricultores, sendo então canalizados através dos bancos estatais para ulteriores investimentos nas grandes empresas nacionalizadas, reequipando-as e modernizando-as (ANDERSON, 2010, p. 16).

Cabe enfatizar essa característica particular do modelo chinês. Essa grande investida na produção

resultou numa alteração substancial nas condições de vida das famílias camponesas, a ponto de gerar poupança em magnitude considerável, aproveitada oportunamente pela burocracia do Estado para o financiamento dos projetos de modernização.

Os elevados índices de poupança rural, por sua vez, foram outra característica do desenvolvimento chinês arraigada no legado paradoxal da própria Revolução. Pois, o que os determinou foi uma combinação entre a tradicional limitação dos benefícios integrais de bem-estar social aos trabalhadores urbanos, o desmantelamento das comunas que tinham fornecido serviços sociais no campo, mais restritos, mas ainda assim efetivos, e os efeitos da política do filho único, destinada a conter o crescimento populacional. Sem proteção do Estado contra a vicissitude, nem garantias seguras de provimento por parte da geração seguinte, as famílias camponesas não tinham muitas opções, senão investir uma parcela substancial de seus rendimentos em poupança. O Estado se beneficiou duplamente com isso. Ao contrário de sua contraparte soviética, ele não precisou cobrir os gastos com o bem-estar social da maioria de sua população e obteve fácil acesso aos fundos necessários para financiar seu programa de modernização (ANDERSON, 2010, p. 17).

O controle sobre as reformas na grande produção industrial foi também cauteloso e gradual. Num primeiro momento, tratou-se de separar o sistema de gerenciamento da forma de propriedade das empresas estatais, descentralizando e autonomizando as unidades federativas frente ao controle das atividades dessas empresas e, ao mesmo tempo, criando uma forma de gestão das unidades empresariais separada do comando governamental (CARRION, 2004, p. 52).

No setor industrial, o sistema de alocação centralizado, baseado no modelo russo, não sofreu nenhum ajuste radical. Ao contrário, as empresas estatais foram gradualmente autorizadas a cobrar preços de mercado para a produção que excedesse as cotas exigidas pelos planos governamentais, vendidas a preços fixos. Os gerentes receberam incentivos parecidos aos dos agricultores para produzir com rentabilidade por fora do sistema de cotas oficial, sem que fosse preciso desmantelá-la. Quando esse sistema de preços dual foi suficientemente testado, o escopo dos planos foi congelado, permitindo que outros empreendimentos industriais se desenvolvessem à sua margem. Na prática, o Estado passou a arrendar empresas aos gerentes em bases contratuais, assim como ceder terras aos camponeses mediante contratos de arrendamento de 30 anos, conservando-as, em última instância, sob sua propriedade (ANDERSON, 2010, p. 16).

Num segundo momento, o governo tratou de abrir as fronteiras territoriais, para a atração de investimentos do capital organizado em suas proximidades no sudeste asiático: Hong Kong, Taiwan e outros. De início, as localidades escolhidas para acolher um regime especial de tributação e de incentivos infraestruturais foram as daquelas províncias de maior tradição industrial e espacialmente próximas da costa sudeste, o que facilitava a logística de exportação nos distritos que passaram a ser concebidos como Zonas Econômicas Especiais (ZEEs).

Já em 1979-1980, Zonas Econômicas Especiais tinham sido implantadas nas regiões costeiras para atrair investimentos da chamada "diáspora chinesa", visando os afluentes expatriados de Hong Kong, de Taiwan e do Sudeste Asiático. Após um início moroso, a política de Portas Abertas, voltada para esses empresários estrangeiros, tornou-se um sucesso. Atraídas pelas regalias, pela ausência de tarifas de

importação e pela mão-de-obra barata da China Continental, as firmas da "diáspora" chegaram com força total, trazendo tecnologias inacessíveis às ZEEs, sobretudo em processamento de exportações. Assim, a China conseguiu pegar carona na experiência e no patrimônio acumulados do capitalismo da diáspora para fazer sua entrada no mercado mundial como centro manufatureiro de baixo custo para linhas de montagem, especializando-se com o tempo em eletrônica e eletrodomésticos de cozinha (ANDERSON, 2010, p. 17).

A partir dessa experiência inicial de reformas econômicas controladas pelo Estado a China pode dar saltos de qualidade até se tornar a gigantesca nação industrial e integrada da atualidade. Dos primeiros projetos pilotos de ZEEs, que mais tarde foram em boa parte privatizadas, o Estado chinês passou a formar *joint ventures* com o grande capital transnacional na formação de grandes empresas exportadoras de bens de consumo duráveis e, também, de máquinas e equipamentos. Na ação planejada pelo PCC, de desenvolvimento das forças produtivas como objetivo central, a economia chinesa se projeta na atualidade como maior produtora mundial em diversos ramos: desde a tradicional produção automobilística até a produção de computadores.

Contudo, ao contrário das reformas neoliberais difundidas aos quatro ventos a partir dos anos 1980, o que mais vem surpreendendo o ocidente tem sido a capacidade do Estado chinês em formar gigantescas empresas estatais em ramos estratégicos da produção pesada, como na produção metalúrgica, energética, de telecomunicações e na indústria bélica, muitas delas sob a gestão do Exército de Libertação Nacional.

Num processo intenso de fusões e aquisições o Estado na República Popular da China se tornou um concorrente internacional de peso no processo de exportação de capitais a partir de suas megaempresas estatais. Exemplo disto tem sido a gigante energética *State Grid Corporation of China*, fundada em 2002, resultante da fusão de diversas empresas estatais chinesas, a qual atualmente produz, transmite e distribui energia elétrica para quase 90% do território chinês e opera com investimentos diretos em outros países, inclusive no Brasil. Outros exemplos podem ser buscados nas estatais de petróleo e gás, mineração, agricultura, siderurgia, telecomunicações e informática, automóveis etc., muitas delas hoje proprietárias de antigas marcas ocidentais como a IBM e a Volvo (A INVASÃO CHINESA, 2012).

Esse tem sido o modo chinês de avançar na construção de uma nação plenamente soberana. O desafio tem sido converter esses avanços na evolução das forças produtivas em qualidade de vida para quase 1,5 bilhão de chineses, o que, suas lideranças aprenderam nas escolas de quadros do PCC, só será possível com o aprofundamento da transição socialista rumo a um patamar superior de sociabilidade. Projeto este que não combina com a generalização da acumulação privada de capital.

O aumento da diferenciação social resultante do processo de reformas econômicas e de abertura é

flagrante. A suspensão do sistema de coletivização e a promoção de empreendimentos privados, no campo e na cidade, estimula ainda mais a difusão de relações de assalariamento, o que significa uma intensificação do processo de separação de um contingente cada vez maior de trabalhadores das condições objetivas de realização do trabalho. A elevação dos índices de desigualdade é um resultado que coloca em cheque o avanço do *socialismo de tipo de chinês*.

Por isso, não há dúvida de que aposta do PCC é mesmo audaciosa, pois os riscos são elevados. Entretanto, se mantiverem as perspectivas *reformistas*, de uma *transição socialista de 100 anos*, pode-se considerar que o *jogo* está começando e que muito ainda está por acontecer.

Considerações complementares

O avanço gradativo nos estudos sobre as relações de Estado na China atual é, por tudo isso, um estímulo retroalimentado pela curiosidade intelectual e, ao mesmo tempo, revelador, a cada passo, do quanto se trata de um grande desafio. É bastante interessante perceber cada vez mais o quanto o caso Chinês se apresenta como um “*novum* histórico-mundial”, como sugere Perry Anderson (2010, p. 23), e por isso mesmo precisa ser ainda mais investigado. Contudo, com os *olhos desde o ocidente*, e este também é mais um caso, a tarefa não é tão fácil.

O que procurou-se apresentar neste artigo foi o grau de complexidade que o tema impõem. Escrever sobre o Estado socialista chinês significa compreendê-lo como resultado de uma nação reconstituída por um penoso processo de transição socialista, ainda em seu nascedouro. O socialismo na China veio substituir um inorgânico e incompleto Estado capitalista que, por sua vez, resultou do esfacelamento de uma potência imperial milenar, provocado pela intervenção direta em seu território das forças colonizadoras do Imperialismo¹² em sua fase mais belicista de consolidação em nível internacional. Uma das singularidades fundamentais desse processo de construção socialista foi a alteração nos planos originais de avançar na evolução das forças produtivas, antes apoiados nas experiências soviéticas do período da *guerra fria*, agora fundado numa relação integrada ao padrão mercantil capitalista de organização da produção.

Entretanto, ainda mais desafiantes são os elementos teóricos requeridos para o estudo do Estado chinês na atualidade. Primeiro, porque, entendido o socialismo em geral como uma transição a um estágio superior de sociabilidade, há de se conceber o Estado socialista como resultado superestrutural das contradições de uma formação econômico-social onde ainda se desenvolve alguma forma de relações do valor, mesmo quando abolidas as bases essenciais da acumulação

¹² No sentido que lhe deu Lênin (1979), como fase superior do capitalismo.

capitalista. Tais fundamentos teóricos estão ainda pouco elaborados pela tradição marxista e, por isso mesmo, é motivo de muitas controvérsias (daí as teses sobre capitalismo monopolista de Estado, capitalismo de Estado, socialismo de mercado etc.). Tal situação se agrava ainda mais, na medida em que se propõe estudar o caso particular do Estado chinês que, após a promoção de um intenso processo de reformas econômicas e de abertura, procura controlar os fluxos de relações capitalistas em seu território, e, inclusive, participa direta e ativamente dessas relações em nível internacional, num momento particular em que o capitalismo mundial experimenta a mais cruel de suas relações mercantis sob o domínio da acumulação fictícia de capital.

Tem sido significativa a participação dos fundos públicos no financiamento da infraestrutura e dos investimentos exigidos pela expansão industrial pública e privada na China. O processo agressivo de exportações de capitais a partir das empresas estatais e, também, daquelas constituídas por meio de *joint ventures* com o capital privado estrangeiro eleva ainda mais o grau de complexidade a desafiar a dedicação da pesquisa acadêmica sobre o estágio atual do Estado chinês.

Por outro lado, parece também bastante interessante pensar as relações do Estado distinguindo suas dimensões constitutivas. Isso significa separar, na análise, a sua constituição como Estado em geral, em abstrato, no sentido de suprir as necessidades mais amplas de reprodução social, até as suas formas de manifestação mais concretas, por meio de regimes políticos específicos, os quais são grafados pelas condições concretas, particulares, de cada formação social em cada momento. Dessa forma, pode-se perceber melhor a possibilidade de profundas alterações nos regimes políticos, sem que ocorra rupturas drásticas nas relações de Estado em geral. Talvez, essa formulação desenvolvida por Mathias e Salama (1983), para interpretar o Estado capitalista, possa permitir uma aproximação melhor do caso chinês, em que grandes alterações econômicas e na forma de intervenção do Estado certamente afetaram de alguma forma as bases do regime político implantado no período de Mao Tsé-tung, mas que podem ter mantido ilesas as estruturas do Estado socialista até aqui. É certo, também, que grandes alterações na forma podem, em algum momento pressionar para mudanças profundas no conteúdo.

Diante de todas essas observações, o mais recomendável é a cautela. Parece interessante a perspectiva de conceber o processo de transição socialista chinês como em seu estágio apenas inicial, ou seja, como uma revolução incompleta, no sentido de que seu objetivo final seria o definhamiento do Estado socialista, nos termos de Lênin (2007), rumo ao comunismo: o fim das relações do valor, das classes sociais e do Estado. Se o processo se completará em algum momento futuro seria outro debate. Essa perspectiva de uma transição mais longa poderia afastar as hipóteses mais radicais, sobre a não existência do socialismo em qualquer momento histórico da China:

especialmente porque haveria, segundo tais pressupostos, até mesmo no estágio anterior às reformas, um intenso processo de acumulação primitiva, ou de um assalariamento generalizado pelo próprio Estado. Aprofundar os estudos sobre como se desenvolvem os ciclos de reprodução da força de trabalho na China poderia contribuir muito para revelar os segredos dessas relações de produção e da superestrutura de Estado que delas emerge, por exemplo.

Esses seriam alguns dos parâmetros para revelar como o Estado socialista chinês vem conseguindo promover a sua transição. Fato é que, de uma sociedade predominantemente camponesa, analfabeta, com um padrão de consumo bastante rudimentar, que esteve imersa numa corrida colonizadora até meados do século XX, a China experimenta no início do século XXI o fabuloso processo de se projetar, para muita gente que a olha do lado de cá, em seu processo de aprimoramento, como modelo a ser perseguido pelas demais nações do planeta. Isso pode ser um sinal de esperança, ou, por outro lado, uma manifestação explícita do desespero e da indignação que se difundem aos quatro ventos frente à atual crise do capital.

Referências

A INVASÃO CHINESA. **Revista Época Negócios**. n. 62. São Paulo: Editora Globo. Abr./2012.

ANDERSON, Perry. **Duas revoluções**: anotações. Revista Serrote, nº 5, jul./2010.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

CARRION, Raul K. M. **A construção do Socialismo na China e as reformas econômicas pós-Revolução Cultural**. (mimeo), Jan./2004.

EMBAIXADA DA CHINA NO BRASIL. **China ABC**. 2012. Disponível em <<http://br.china-embassy.org/por/>>. Acessado em dezembro de 2012.

FELIPE, Paula Cristina Nabuco. **Sob o mandato do Céu**: o processo de modernização da China. Tese (Doutorado). Niterói: 2011.

GELBER, Harry Gregor. **O dragão e os demônios estrangeiros**: a China e o mundo, de 1100 a.C. aos dias atuais. Rio de Janeiro: Record, 2012.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1979.

_____. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARTI, Michael E. **A China de Deng Xiaoping**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 2007.

MATHIAS, Gilberto, SALAMA, Pierre. **O Estado super-desenvolvido**: das metrópoles ao terceiro mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

TROTSKY, Leon. **La revolución china**. México D.F.: Grijalbo, 1970.